



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1002928-63.2018.8.26.0037
Classe - Assunto Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações
Requerente: Jose Roberto Rigom
Requerido: Telefônica Brasil S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por dano moral, alegando que contratou serviço de fornecimento de canais, internet e telefone, cujo número seria (16) 99136-4609 com a operadora Claro. Porém, o número de seu celular (16) 99782-2050, vinculado à ré, foi portado à Claro sem sua autorização, e o número foi modificado para (16) 99737-2050. Afirma que não pretendia a portabilidade e usava o número da operadora ré para se comunicar com contatos da mesma. Entende fazer jus à indenização por dano moral em razão da portabilidade de sua linha móvel sem autorização. Requereu a procedência para obter indenização por dano moral no valor de R\$10.000,00.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas (art. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

A ré alega em preliminar a existência de coisa julgada.

No entanto, razão não lhe assiste. A demanda anteriormente ajuizada em face da ré e de outra prestadora de serviços, a qual tramitou perante esta Vara do Juizado Especial Cível sob o nº 0004800-67.2017.8.26.0037, não era de natureza indenizatória como esta. O autor pretendia obter tutela mandamental e condenatória ao ressarcimento de valor pago. Na presente demanda, o pedido é de indenização por dano moral, não se confundindo com a pretensão da ação anterior.

Portanto, inexistente coisa julgada material a ensejar a extinção deste processo sem resolução de mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

O autor afirma que a ré portou seu número de telefonia móvel (16 - 99782-2050) para a operadora Claro sem sua autorização, o que ensejaria o dever de reparação por dano moral.

Afirma que quando da contratação de pacote de serviços com a Claro, contratou também telefonia móvel cujo número da linha seria 16 99136-4609, mas que houve falta de informação e clareza e que na ansiedade em obter os serviços não conseguiu se atentar a tal detalhe, uma vez que não havia pretensão para a portabilidade.

Em contestação, a ré argumenta que cumpriu a obrigação de fazer imposta em sentença consistente na portabilidade para si do número de telefonia móvel do autor (pág. 405), vinculando-o à sua prestação de serviços em 14.10.2017 (pág. 406).

Por fim, pugna pela inexistência de danos morais, porquanto as questões suscitadas pelo autor já foram resolvidas nos autos do processo sob o nº 0004800-67.2018.8.26.0037.

O autor ingressou com demanda anterior visando o cumprimento de obrigação de fazer e ressarcimento do valor pago em razão de alegar a impossibilidade de utilização da linha (págs. 4/5).

A ação foi julgada procedente em parte, concedendo a tutela mandamental para retorno da linha móvel à ré e restituição da quantia de R\$49,24 (págs. 335/339). A sentença foi confirmada pelos seus próprios fundamentos no Colégio Recursal (pág. 376).

Na sentença anterior, ficou consignado que a responsabilidade pela portabilidade supostamente não solicitada pelo requerente é atribuída à Claro e não à ré Telefônica (pág. 336).

As normas atinentes ao procedimento da portabilidade determinam que a operadora receptora, ou seja, aquela para a qual o número será portado, é a responsável pelos trâmites.

A resolução nº 460/2007 editada pela Anatel, referida também na sentença daqueles autos, especificamente em seu art. 46, prevê que o início da portabilidade se dá com a solicitação do usuário junto à receptora, isto é, a Claro.

Em outras palavras, não há portabilidade partindo da operadora de origem, mas apenas pela de destino, que receberá o número.

Por sua vez, o art. 50 dispõe que "Após a fase de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

autenticação, não havendo condições para recusa da Solicitação de Portabilidade, a Prestadora Receptora deve agendar a habilitação do usuário e o procedimento para ativação e desativação dentro do Período de Transição", e o § 1º completa que "A Prestadora Receptora é responsável pela atualização das etapas do Processo de Portabilidade junto ao usuário, tanto nas situações de efetivação da Portabilidade quanto nas condições de recusa".

A agência reguladora também explica como solicitar a portabilidade: "Para solicitar a portabilidade, você deve procurar a prestadora para a qual deseja migrar e informar seus dados pessoais, telefone e prestadora atual. Confirmados os dados, a nova operadora agendará a habilitação do serviço e fornecerá o número de protocolo do pedido".¹

Da análise da resolução, fica patente que a prestadora receptora é quem dá início ao processo de troca de operadoras. No caso em exame, a Claro.

Ressalta-se que da própria narrativa do autor, tanto no termo de ajuizamento da ação que ingressou anteriormente (págs. 4/5), quanto da petição inicial (pág. 2) vislumbra-se que a responsável pela portabilidade é a Claro e não a requerida.

Consta daqueles autos pesquisa acerca do número de telefone do autor, na qual informa que a linha pertence a Claro desde a data da portabilidade em 09.03.2017 (págs. 41/43) e retornou à ré em 14.10.2017 (pág. 413).

Nesse sentido, é indubitável que a responsabilidade pela portabilidade que o autor afirma não ter solicitado, ausente qualquer comprovação naquele autos do pedido, é da Claro e não da requerida.

Ainda, naquela ação, a Claro afirmou que a portabilidade lhe foi solicitada e concluída em 09.03.2017 (pág. 295).

As telas do sistema informatizado da operadora Claro, constam que a operadora doadora é a VIVO e que a portabilidade foi concluída (pág. 296).

Logo, não há responsabilidade alguma da ré quanto à iniciativa da portabilidade do número de telefonia móvel do autor. Não se confunda, porém, com ilegitimidade passiva, pois se trata de reconhecer a ausência do dever de indenizar, pela ausência de qualquer ato ilícito.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil,

¹ http://www.anatel.gov.br/consumidor/perguntas-frequentes?option=com_fsf&Itemid=131&view=faq&catid=-2&search=portabilidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da causa ou cinco Ufesps (o que for maior).

Não incide preparo, relativamente ao autor, ante a assistência judiciária concedida.

Com trânsito em julgado e sem pendências, providencie-se o arquivamento dos autos digitais.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 3 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006